Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre

CNPJ nº 27.059.460/0001-41

Demonstrações Financeiras - Exercícios Findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Relatório da administração: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V. S.as, as Demonstrações Financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. **Mensagem da Administração:** A Fraport Brasil - Porto Alegre, ao lado da Fraport Brasil - Fortaleza, é subsidiária da Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, uma das empresas líderes no mercado global de aeroportos. Proprietária e operadora do aeroporto de Frankfurt, maior aeroporto da Alemanha, a Fraport AG possui em seu portfólio mais de 30 aeroportos pelo mundo. Em um processo de licitação internacional, ocorrido em março de 2017, no qual o governo federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Fortaleza e Porto Alegre pelo período de 30 e 25 anos, respectivamente. Em 2 de janeiro de 2018, a Fraport Brasil - Porto Alegre assumiu a efetiva operação no Aeroporto de Porto Alegre com o compromisso de realizar obras de ampliação e melhorias da infraestrutura em conformidade com o contrato de concessão. Em outubro de 2019 foi concluída a Fase 1B do contrato de concessão. Esta fase incluiu obras como a ampliação e reforma do Terminal de Passageiros, um novo edifício garagem, a ampliação do pátio de aeronaves, melhorias nas *taxiways*, entre outras. Passageiros e todos os parceiros de negócios são, agora, beneficiados diretamente por um Terminal maior e mais confortável e por uma infraestrutura de *airside* que atende a padrões de segurança internacionais. Em 2020 e 2021, a Fraport concentrou esforços na continuação da ampliação da pista de pouso e decolagem (PPD) e do sistema de drenagem com as bacias de detenção. Ainda em 2021, houve a inauguração de um novo Terminal de Cargas Internacional. O Terminal logístico não constava no contrato de concessão com a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) como obrigação da Fraport, mas é considerado crucial para alavancar a capacidade de negócios do complexo aeroportuário. Em 2022, a ampliação da pista em quase um quilômetro foi concluída. A expansão permite que aviões de maior porte, tanto em capacidade de passageiros como cargas, possam operar no aeroporto de Porto Alegre. O contrato de concessão encontra-se na FASE II, que seguirá até o final do contrato, na qual é monitorado os parâmetros mínimos de dimensionamentos previstos no PEA (plano de Exploração Aeroportuário) a fim de garantir o nível de serviço. **Destaques econômico-financeiros:** Durante o ano de 2023, transitaram no aeroporto de Porto Alegre mais de 7,5 milhões de passageiros, apresentando um acréscimo de 13% em relação ao ano de 2022, principalmente devido ao início da recuperação das viagens de turismo e negócios na região Sul do Brasil. Conforme previsão no contrato de concessão, assim como já realizado em 2020, 2021 e 2022, a Companhia entrou com o pleito de reequilíbrio econômico-financeiro também no exercício de 2023, o qual visa preservar a manutenção do equilíbrio contratual posto no processo licitatório. Sendo assim, a Companhia recebeu o direito a recomposição do equilíbrio econômico já demonstrado na rubrica de Outras receitas e despesas operacionais líquidas e será quitado por meio de compensação com as contribuições fixa e variável devidas pela Concessionária, bem como, através da majoração temporária de 15% das tarifas reguladas concedida para compensação do ano de 2020 e 10% para o ano de 2022. A seguir apresentamos o quadro demonstrativo do EBITDA:

	2023
Lucro Líquido	37.725
Depreciação e amortização	63.250
Resultado Financeiro	86.172
IRPJ/CSLL	21.380
EBITDA	**208.527**

Dividendos: O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício. No exercício de 2023 a Companhia apurou o dividendo mínimo no valor de R$ 8.960 e aguardará a decisão da Assembleia Geral quanto ao pagamento ou não deste valor. Em anos anteriores foi aprovada a não distribuição devido aos investimentos para expansão e melhorias previstos no contrato de concessão e retenção em Reserva Especial para pagamento futuro. **Partes Relacionadas:** A Fraport Brasil S/A Aeroporto de Porto Alegre não possui coligadas e controladas, no entanto, tem operação de repasse de custos compartilhados para a Fraport Brasil S/A Aeroporto de Fortaleza. Ambas as empresas estão sob o mesmo controle acionário.

A Diretoria.

Porto Alegre, 29 de fevereiro de 2024.

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	74.909	41.244
Contas a rec.	5	34.914	38.657
Contas a receber - Partes Relac.	6	879	1.006
Estoques		4.249	3.431
Impostos a recuperar	7	4.375	1.998
Despesas antecipadas		3.220	3.122
Direitos com o Poder Concedente	8	48.583	66.071
Outros ativos		1.498	1.100
Total do ativo circulante		**172.627**	**156.629**
Não Circulante			
Aplicações financeiras vinc.	9	44.714	41.870
Impostos a recuperar	7	137.522	134.832
Direitos com o Poder Concedente	8	229.687	194.198
Depósitos Judiciais	25	39.488	36.796
Imobilizado	10	2.518	2.839
Intangível	11	1.923.716	1.910.719
Total do ativo não circulante		**2.377.645**	**2.321.254**
Total do ativo		**2.550.272**	**2.477.883**

Passivo	Nota	2023	2022
Circulante			
Fornecedores	12	29.418	19.672
Salários, encargos sociais e benefícios	13	14.353	14.045
Impostos a recolher	7	10.931	10.553
Empréstimos e Financiamentos	14	62.862	57.078
Compromissos com o poder concedente	15	16.977	14.143
Dividendos a pagar	17	8.960	–
Outros passivos	16	4.345	6.814
Total do passivo circulante		**147.846**	**122.305**
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	14	1.270.914	1.271.135
IR e CS diferidos	7	54.323	30.684
Provisão para obrigações legais	24	3.257	11.201
Provisão para Passivos Ambientais	25	53.609	50.712
Outros passivos	16	1.944	2.232
Total do passivo não circulante		**1.384.047**	**1.365.964**
Patrimônio Líquido	**17**		
Capital social		763.500	763.500
Reserva legal		13.192	11.306
Reserva especial		53.702	53.702
Reserva de lucros		187.985	161.106
Total do patrimônio líquido		**1.018.379**	**989.614**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.550.272**	**2.477.883**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado

	Nota	2023	2022
Rec. líq. de serv. e cessão de espaço		297.978	247.190
Receita de construção		46.598	20.163
Receita operacional líquida	18	**344.576**	**267.353**
Custo dos serviços prestados	19	(164.060)	(136.264)
Custo de construção	19	(45.526)	(19.699)
Lucro bruto		**134.990**	**111.390**
Despesas gerais e administrativas	20	(31.756)	(31.538)
Outras rec. e desp. oper. líquidas	21	42.043	71.281
Lucro antes do resultado financeiro		**145.277**	**151.133**
Receitas financeiras	22	47.567	38.388
Despesas financeiras	22	(133.739)	(119.370)
Lucro antes do IR e CS		**59.105**	**70.151**
IR e CS	7	(21.380)	(24.170)
Lucro líquido do exercício		**37.725**	**45.981**
Lucro por lote de mil ações - R$	27	0,05	0,06

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente

	2023	2022
Lucro do exercício	**37.725**	**45.981**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**37.725**	**45.981**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa

	Nota	2023	2022
Fluxos de caixa das ativ. oper.			
Lucro antes do IR e CS		59.105	70.151
Ajustes para reconciliar o lucro líquido aos fluxos de caixa			
Provisão para riscos de crédito	5	1.749	(92)
Provisão de Contencioso	24	(7.944)	(8.228)
Depreciação e amortização	10;11	63.250	46.529
Baixas de ativo fixo	10;11	1.826	1.023
Ajuste a valor presente - Contribuição fixa outorga	22	–	8.728
Margem de construção	18	(1.072)	(464)
Juros sobre emprést. e financ.	14	132.588	149.070
IOF sobre emprést. e financ.	14	–	188
Custos de emprést. capitalizados	11	(2.855)	(39.327)
		246.647	**227.578**
Red. (aum.) nos ativos oper.			
Contas a receber	5	1.994	(9.947)
Contas a receber - partes relac.	6	127	(11)
Estoques		(818)	(727)
Impostos a recuperar	7	(2.108)	(1.595)
Despesas antecipadas		(98)	(1.102)
Depósitos Judiciais	25	(2.692)	(36.796)
Depósitos Vinculados	9	(2.844)	(4.651)
Direitos com o Poder conc.	8	(32.144)	(79.164)
Outros ativos		(398)	(163)
Aum. (red.) nos passivos oper.			
Fornecedores	12	(927)	(4.533)
Sal., encargos sociais e benefícios	13	308	2.273
Tributos a recolher	7	378	(15.297)
Provisão para Passivos Ambientais	25	2.897	50.712
Compr. com o poder concedente	15	16.977	14.143
Outros passivos	16	(2.757)	(20.721)
Caixa gerado pelas operações		**224.542**	**119.999**
Pagto. de juros de empr. e financ.	14	(74.325)	(70.563)
IOF sobre empréstimos	14	–	(188)
Caixa líquido gerado pelas atividades		**150.217**	**49.248**
Fluxos de caixa das ativ. de inv.			
Aquisição de imobilizado e intangível	10;11	(63.852)	(36.643)
Caixa líq. aplicado nas ativ. de inv.		**(63.852)**	**(36.643)**
Fluxos de caixa das ativ. de financ.			
Captações de empr. e financ. banc.	14	–	10.000
Pagto. de emp. e financ. banc. - Principal	14	(52.700)	(38.559)
Caixa líq. aplicado nas ativ. de financ.		**(52.700)**	**(28.559)**
Aum. (Dimin.) do caixa e equiv. de caixa		**33.665**	**(15.954)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		41.244	57.198
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**74.909**	**41.244**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social Subscrito	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31.12.2021	**763.500**	**9.007**	**42.782**	**128.344**	**–**	**943.633**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	45.981	45.981
Constituição de Reserva Legal	–	2.299	–	–	(2.299)	–
Dividendo Mínimo (Nota 17)	–	–	10.920	–	(10.920)	–
Lucros Retidos (Nota 17)	–	–	–	32.762	(32.762)	–
Saldos em 31.12.2022	**763.500**	**11.306**	**53.702**	**161.106**	**–**	**989.614**
Lucro Líquido do Exercício	–	–	–	–	37.725	37.725
Constituição de Reserva Legal	–	1.886	–	–	(1.886)	–
Dividendo Mínimo (Nota 17)	–	–	–	–	(8.960)	(8.960)
Lucros Retidos (Nota 17)	–	–	–	26.879	(26.879)	–
Saldos em 31.12.2023	**763.500**	**13.192**	**53.702**	**187.985**	**–**	**1.018.379**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado

	2023	2022
Receitas	**385.289**	**361.894**
Prestação de Serviços e Cessão de Espaço	339.548	282.862
Outras Receitas	47.490	78.940
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.749)	92
Insumos Adquiridos De Terceiros	**(82.426)**	**(87.379)**
(Inclui os valores dos impostos - PIS e COFINS)		
Custo dos Serviços Prestados	(16.977)	(14.143)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(69.080)	(69.380)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	(25)	(775)
Provisão/Reversão Contingências	3.883	(3.081)
Outras	(227)	–
Valor adicionado bruto	**302.863**	**274.515**
Depreciação e amortização	(63.250)	(46.529)
Valor adic. líq. produzido pela entidade	**239.613**	**227.986**
Valor adic. recebido em transferência	**47.567**	**38.481**
Receitas Financeiras	47.567	38.387
Ganho Variação Cambial	–	94
Valor adicionado total a distribuir	**287.180**	**266.467**
Distribuição do valor adicionado	**287.180**	**266.467**
Pessoal	**36.747**	**34.717**
Remuneração Direta	29.377	27.016
Benefícios	4.493	5.255
F.G.T.S.	2.877	2.446
Impostos, taxas e contribuições	**78.044**	**65.441**
Federais	66.265	66.430
Estaduais	134	113
Municipais	11.645	(1.102)
Remuneração de capitais de terceiros	**134.664**	**120.328**
Despesas Financeiras	133.729	119.323
Aluguéis Pagos	925	965
Perda Variação cambial	10	40
Remuneração de capitais próprios	**37.725**	**45.981**
Reservas	1.886	2.299
Dividendo Mínimo	8.960	10.920
Lucros Retidos do Exercício	26.879	32.762

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Informações Gerais: A Fraport Brasil S.A. Aeroporto de Porto Alegre ("Fraport Brasil - Porto Alegre" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada pela Fraport AG Frankfurt Airport Services Worldwide, umas das empresas líderes no mercado global de aeroportos. A Fraport Brasil foi constituída no início de 2017, tendo como objetivo exclusivo exercer as atividades de exploração, ampliação e manutenção do Aeroporto Internacional Salgado Filho. A sede está localizada na Av. Severo Dullius, 90010, Porto Alegre - RS. Em um processo de licitação internacional, no qual o Governo Federal concedeu quatro aeroportos brasileiros à iniciativa privada, a Fraport AG conquistou a concessão dos aeroportos de Porto Alegre e Fortaleza. A partir de então, a Fraport Brasil - Porto Alegre e a Fraport Brasil - Fortaleza foram estabelecidas tendo como objetivo a criação de dois aeroportos modernos, eficientes e focados no cliente. Em 28 de julho de 2017 foi assinado o contrato de concessão com a Agência Nacional da Aviação Civil - ANAC. A concessão do Aeroporto de Porto Alegre, se dará no prazo de 25 anos com data de eficácia em 29 de agosto de 2017. O contrato é dividido em três fases: FASE I-A - fase de transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Concessionária; esta fase teve início em 29 de agosto de 2017 (concluído em 02/04/2018). FASE I-B - fase de ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e recomposição total do nível de serviço (início em 29/08/2017 e concluído em 29/10/2019). FASE II - demais fases de ampliação, manutenção, exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA (Plano de Exploração Aeroportuária) (início em 30/10/2019). Em 28/03/2019 a Companhia recebeu o aporte referente ao empréstimo junto do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que será pago entre os anos de 2022 e 2038. O aporte total realizado pelo BNDES entre os anos de 2019 e 2022 resultou no valor de R$1.030.000, conforme Nota 14. A Fraport Brasil - Porto Alegre assumiu como obrigação estabelecidas no Contrato de Concessão, o pagamento de Contribuição Fixa e Contribuição Variável ao Poder Concedente e a realização de investimentos para ampliação e melhorias do Aeroporto de Porto Alegre. A Contribuição Fixa encontra-se totalmente quitada. **1.1 COVID-19 e recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:** Em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu o surto epidemiológico do COVID-19 como Pandemia Global. Além de diversas vidas perdidas, a pandemia também trouxe um impacto singular para a economia mundial. As restrições governamentais, necessárias ao controle da expansão da contaminação, trazendo como premissa o isolamento social reduziu drasticamente o número de passageiros, impactando diretamente todas as empresas do segmento aeroportuário. No contrato de concessão vigente existe a previsão de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro que visa preservar a manutenção do equilíbrio contratual posto no processo licitatório, sendo assim, a partir do evento de força maior que desencadeou o desequilíbrio contratual, no caso o surto da Covid-19, se fez necessário o retorno do status *quo* do contrato de concessão a fim de manter as condições previamente previstas no edital e na proposta vencedora. Assim como em 2020, 2021 e 2022 a Companhia submeteu um novo pleito de reequilíbrio relativo ao ano de 2023 junto ao órgão regulatório Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) que através da Decisão n° 647 de 07 de dezembro de 2023 aprovou o direito ao respectivo crédito referente ao respectivo ano no valor de R$ 47.120. Em junho de 2022, com a ocorrência de uma revisão por parte da Agência reguladora, foi registrado um complemento referente ao pleito de reequilíbrio do ano de 2021 no valor de R$18.195. Em 11 de novembro de 2022 foi assinada pela ANAC a Decisão n° 568, reconhecendo o crédito referente a recomposição ao equilíbrio econômico-financeiro relativo ao ano de 2022 (Nota 8). **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas internacionais de relatório financeiro *(International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB))*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia, com base no custo histórico, exceto para os ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das ações e políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelos administradores da Companhia em 29 de fevereiro de 2024. A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado, como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com os critérios definidos no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRSs não requerem a apresentação destas demonstrações e, portanto, são consideradas informações suplementares, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: 2.2.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente: • IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros**: A nova norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 (CPC 11) - Contratos de Seguro. **• Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis:** As alterações alteram os requisitos da IAS 1 (CPC 26(R1)) no que diz respeito à divulgação de políticas contábeis. As alterações substituem todas as instâncias do termo "políticas contábeis significativas" por "informações de políticas contábeis relevantes". **• Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis:** Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A alteração substitui a definição de uma mudança de estimativa contábil por uma definição de estimativa contábil. De acordo com a nova definição, as estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos à incerteza de mensuração". **• Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única *("single transaction")*:** Aplicável para exercícios anuais ou períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2023. As alterações introduzem uma outra exceção à isenção do reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, uma entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. A Administração avaliou os impactos das normas acima nas informações financeiras intermediárias da Companhia, e não identificou efeitos significativos oriundos da adoção delas. **2.2.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis:** · Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto: • Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants; • Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores; • Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". A Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras do Grupo em períodos futuros. **2.3 Conversão de moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Todas as diferenças, referente a ganhos e perdas cambiais, são registradas na demonstração do resultado. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5 Ativos financeiros:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e recebíveis. **2.5.1 Classificação:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo, seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio de resultado. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Caixa e equivalente de caixa; • Aplicações Financeiras Vinculadas; • Contas a receber de clientes; • Partes relacionadas; • Direitos com o Poder Concedente; • Outros ativos. Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas são registrados no resultado. **2.5.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **2.5.3 Mensuração:** Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **2.5.4 *Impairment* de ativos financeiros:** A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **2.6 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para riscos sobre contas a receber é constituída em montante julgado suficiente para suportar eventuais perdas esperadas na realização de créditos, líquidos de recuperações, levando em consideração o risco por cliente e independente de iniciados os procedimentos judiciais para o seu recebimento. **2.7 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. A Companhia não realiza a venda de produtos e o estoque é utilizado apenas como materiais de consumo. **2.8 Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas, compostas preponderantemente por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro. **2.9 Imposto de Renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda (IR) e a contribuição social (CS) diferidos são calculados sobre os correspondentes prejuízo fiscal, base negativa e adições e exclusões temporárias, aplicando-se as alíquotas definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos em 25% e 9%, respectivamente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível para compensação. Os tributos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes. **2.10 Outros ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação. **2.11 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. Os valores residuais e a vida útil dos ativos serão revisados e ajustados, quando apropriado, ao final de cada exercício. Os gastos incorridos com manutenção e reparo somente serão capitalizados se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens foram prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos. Conforme OCPC 05, por se tratar de um contrato de concessão de exploração da infraestrutura, somente os bens que possam ser retidos ou negociados pelos concessionários, sem interferência do poder concedente podem ser classificados como Ativo Imobilizado e contabilizado de acordo com CPC 27. Os bens adquiridos pela Companhia e vinculados à concessão são classificados como Infraestrutura da Concessão no intangível. Os bens recebidos do poder concedente não devem ser contabilizados e classificados no imobilizado, pois são reversíveis ao final da concessão e não podem ser livremente negociados ou retidos pela Companhia. Conforme contrato de concessão a Companhia deverá manter controle de inventário atualizado destes bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Além disso, os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.12 Intangível:** Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante um prazo determinado. O contrato de concessão estabelecido entre a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados. **a) Direito de Concessão (outorga):** A concessão obtida pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de exploração. Dessa forma, o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, inicialmente usando uma taxa de juros estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão. Em abril de 2022, o Ministério da Infraestrutura publicou a Portaria nº 455/2022, possibilitando as Concessionários de Aeroportos efetuarem o pagamento antecipado do saldo residual da Outorga Fixa. Em dezembro de 2022, a Companhia optou por aderir à essa possibilidade, portanto, com o evento da antecipação da totalidade da outorga fixa, foi acordada entre as partes uma nova taxa de desconto (13,5%), a qual foi devidamente aplicada para fins de pagamento, bem como do novo cálculo de valor presente do ativo intangível. A amortização do ativo intangível representado pelo reconhecimento do direito de exploração da infraestrutura teve início em 2018, no mesmo momento em que a Companhia assumiu a operação do aeroporto e começou a usufruir os benefícios econômicos. A amortização é realizada com base na curva de passageiros estimada conforme previsto no OCPC 05 - Contratos de concessão. **b) Infraestrutura da Concessão:** A infraestrutura dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de

continua →